

**UNIMED DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS
CNPJ 31.432.792/0001-05**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A UNIMED - FEDERAÇÃO RIO DE JANEIRO, Sociedade Civil de Responsabilidade Limitada, constituída e regida de acordo com a legislação cooperativista, tem por objetivo promover a organização, orientação, integração e coordenação dos interesses das cooperativas de trabalho médico do Estado do Rio de Janeiro, nos casos de interesse comum e nas atividades que transcendam a capacidade e/ou conveniência da atuação das cooperativas singulares federadas. Está também registrada como operadora de planos de saúde junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

NOTA 2 - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No cumprimento de suas atividades, a UNIMED - FEDERAÇÃO RIO DE JANEIRO FEDERAÇÃO ESTADUAL DAS COOPERATIVAS MÉDICAS administra a Câmara de Compensação Estadual, os fundos mútuos de diluição de riscos, o Fundo Estadual de Marketing, coordena a Central Estadual de Atendimento a Usuários e prestadores e presta assessoria técnica para as federadas.

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os preceitos da legislação cooperativista (Lei nº 5.764/71) e no que couber, às normas relativas às sociedades por ações (Lei nº 6.404/76) e alterações posteriores como a Lei nº 11.638/07, e obedecem ainda a legislação emanada pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme plano de contas estabelecido pela RN nº 435/2018, como também parcialmente aos aspectos relacionados às Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e as regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovadas pela ANS. A entidade também atendeu os quesitos da NBCT 10.21 na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2018, de forma a permitir a comparabilidade.

Autorizamos, na data de 20/02/2020, a conclusão e elaboração das demonstrações contábeis.

NOTA 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais diretrizes contábeis observadas na elaboração das demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

a) Regime de Escrituração

A Cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Ciclo operacional

Os ativos e passivos circunscritos em um período previsto até o final do exercício seguinte estão classificados como curto prazo e os excedentes como longo prazo.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao valor de aplicação acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS. As aplicações financeiras são avaliadas pelo seu valor justo.

d) Contas a Receber e Provisão para Perdas Sobre Créditos

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.3 da Resolução Normativa nº 435 da ANS e transcritos abaixo:

10.2.3.1 Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

10.2.3.2 Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

10.2.3.3 Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada.

e) Investimentos

Os investimentos permanentes realizados foram avaliados pelo método do custo de aquisição por não se tratar de investimentos em empresas com influência significativa ou controladas, ou ainda por tratarem-se de entidades cooperativas.

f) Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A Lei nº 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear às taxas permitidas pela legislação fiscal.

g) Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que o compõem.

h) Ativos e Passivos - circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Apuração de resultado e reconhecimento de receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas as parcelas atribuíveis do imposto de renda e contribuição social.

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

O total de aplicações garantidoras de provisões técnicas é de R\$ 7.470.468,35 (R\$ 5.025.284,84 em 2018) enquanto que o total de aplicações livres é de R\$ 5.497.878,80 (R\$ 2.785.734,33 em 2018).

NOTA 6 - CONTAS A RECEBER E A PAGAR DE UNIMEDS

Refere-se ao resultado da Câmara de Compensação Estadual, decorrente das transações de Intercâmbio Eventual entre as federadas, e da cobrança da Contribuição Social e dos demais serviços prestados pela Federação. Também registrado nesse grupo no passivo os Fundos Federativos de Diluição de Riscos.

Definição do Intercâmbio Eventual conforme Manual de Contabilidade do Plano de Contas Padrão da ANS: *“Intercâmbio Eventual ocorre quando um beneficiário de uma operadora, por um motivo não recorrente, é atendido em uma localidade diferente da região de operação da operadora contratada e por um acordo entre operadoras, a operadora local presta o atendimento e cobra o valor integral da operadora que detém o contrato.”*

O Intercâmbio Eventual praticado entre as federadas e transacionado na Câmara de Compensação é registrado em contas patrimoniais, não transitando por contas de resultado por não configurarem operação de receita ou despesa da Unimed Federação Rio, a qual figura como intermediadora e responsável pela liquidação financeira, quando do encerramento mensal, apurando através de encontro de contas os valores a pagar e a receber de suas federadas.

A Unimed Federação Rio também administra Câmaras de Compensação Interfederativas, compreendendo o resultado do Intercâmbio Eventual praticado por suas federadas com Unimeds de outras Federações Estaduais.

Os valores registrados em 31/12/2019, descritas no quadro abaixo, nas rubricas de ‘Câmara de Compensação a Receber - Federativa e Interfederativa’ (ativo) e ‘Câmara de Compensação a Pagar - Federativa e Interfederativa’ (passivo) referem-se à Câmara de Compensação do mês de dezembro de 2019, com vencimento e liquidação financeira em janeiro de 2019.

Termos de Confissão e Renegociação de Dívidas

• PARCELAMENTO UNIMED RIO

No mês de novembro de 2016 a federada Unimed Rio assinou Termo de Compromisso tendo como primeiros compromissários o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Ministério Público Federal, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS; tendo como segundos compromissários a Unimed do Brasil, Unimed Seguros Saúde S.A., Central Nacional Unimed e Unimed do Estado do Rio de Janeiro - Federação Estadual das Cooperativas Médicas; tendo como terceiros compromissários o SINDHRIO - Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Município do Rio de Janeiro, FEHERJ - Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a AHERJ - Associação dos Hospitais do Estado do Rio de Janeiro; e tendo como quartos compromissários os prestadores de serviços hospitalares, de serviços de análises e diagnóstico e de intercâmbio do sistema Unimed. O referido Termo de Compromisso expressa o interesse dos comprometentes na implementação de práticas que constituam garantias de direitos para os consumidores de planos

de saúde, com vistas a assegurar a continuidade e a manutenção da qualidade dos serviços de assistência à saúde dos usuários da Unimed Rio.

O Termo de Compromisso contempla também um parcelamento dos débitos da Unimed Rio com o Intercâmbio Estadual e Nacional, em sessenta vezes. A Unimed Rio participa da Câmara de Compensação Estadual, e os valores parcelados referem-se aos débitos vencidos até novembro-2016, segregados em curto e longo prazo. Tal parcelamento vem sendo honrado pela Unimed Rio de acordo com as novas datas de vencimento. As faturas emitidas após essas datas estão sendo quitadas normalmente dentro dos vencimentos.

Durante o ano de 2017 foram efetuadas antecipações de pagamentos, sendo assinado em 31/01/2018 entre a Unimed Rio e Unimed Federação Rio, Instrução do Cumprimento do Termo de Compromisso, ajustando a quantidade e valores das parcelas mensais, com previsão de encerramento em julho de 2020.

No exercício de 2019 foram calculados e incorporados juros e atualização monetária, com repactuação do prazo de encerramento para dezembro de 2020. Os saldos atualizados em 31/12/2019 são demonstrados no quadro abaixo.

- **Instrumento de Transação Civil com Confissão de Dívidas - Unimed Angra dos Reis e Unimed Serra dos Órgãos**

Em 31 de dezembro de 2018 foram celebrados Instrumento de Transação Civil com Confissão de Dívida, entre a Unimed do Estado do Rio de Janeiro Federação Estadual das Cooperativas Médicas (credora) e as singulares - Unimed Angra dos Reis (devedora) e Unimed Serra dos Órgãos (devedora) para pagamento da dívida remanescente das mesmas com a Câmara de Compensação Estadual vencidas e não pagas apuradas até 31 de dezembro de 2018.

Os débitos objeto da Confissão de Dívidas das Unimeds Angra dos Reis e Unimed Serra dos Órgãos são provenientes da Câmara de Compensação apuradas e não pagas no exercício de 2018. Por conta disso, a Unimed Federação Rio não efetuou o repasse para as Unimeds credoras na mesma proporção dos débitos não recebidos.

Dessa forma, a Unimed Federação Rio também celebrou Termos de Confissão de Dívidas na condição de devedora junto às Unimeds credoras, as quais cederam seus créditos por meio do Instrumento de Cessão de Créditos.

Durante o ano de 2019, ocorreram pagamentos das Unimeds devedoras e o correspondente repasse por parte da Unimed Federação Rio para as Unimeds credoras, em conformidade com o estabelecido nos respectivos Termos de Confissão de Dívidas.

Os saldos atualizados em 31 de dezembro de 2019, registrados nas contas de Ativo e Passivo, segregados em curto e longo prazo, são demonstrados no quadro abaixo.

FUNDOS COMUNS FEDERATIVOS

O objeto dos Fundos Comuns Federativos - PAC - Procedimentos de Altos Custos em Cardiologia e PAAS - Programa de Amparo a Altos Sinistros consistem em propiciar a diluição dos custos e dos riscos das Federadas, quando da prestação de procedimentos de alto custo e de complexidade, sobretudo na área cardiológica.

O PAC e o PAAS são fundos comuns solidários, sem vínculo direto com a singular contribuinte, capitalizado por todos os participantes e administrado pela Unimed Federação Rio, sendo que seus recursos são aplicados no pagamento e reembolso dos atendimentos prestados aos beneficiários das Unimed participantes.

É cobrado um valor mensal de cada singular baseado no número de usuários, variando conforme o histórico de utilização. Esses recursos capitalizam o fundo, e são utilizados nos pagamentos dos atendimentos de alto custo em cardiologia, no caso do PAC, e no reembolso de contas hospitalares no PAAS.

Até o ano de 2017 a contabilização se dava no grupo 2.18.88 - *Outros Débitos a Pagar*, passando em 01/01/2018 para o grupo 2.14.88 - *Outros Débitos Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora*, atendendo às disposições da Resolução Normativa nº 430 de 07 de dezembro de 2017.

COMPOSIÇÃO DOS SALDOS DE CONTAS A RECEBER E CONTAS A PAGAR UNIMEDS

ATIVO CIRCULANTE - Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora		
	A vencer	Total
Unimed Angra dos Reis	575.326,13	575.326,13
Unimed Centro Sul Fluminense	608.729,76	608.729,76
Unimed Costa Verde	1.258.808,10	1.258.808,10
Unimed Marquês de Valença	1.199.504,18	1.199.504,18
Unimed Nova Friburgo	4.585.982,19	4.585.982,19
Unimed Rio	40.276.656,09	40.276.656,09
Unimed Noroeste Fluminense	250.514,12	250.514,12
Unimed Teresópolis	247,14	247,14
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO FEDERATIVA	48.755.767,71	48.755.767,71
CÂMARA DE COMPENSAÇÃO INTERFEDERATIVA	2.201.282,04	2.201.282,04
OUTROS CRÉDITOS COM OPERADORAS		
Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Curto Prazo		
Unimed Angra dos Reis	5.991.971,86	5.991.971,86
Unimed Rio	11.616.892,07	11.616.892,07
Unimed Serra dos Órgãos	3.228.213,24	3.228.213,24
TOTAL CONTAS A RECEBER - UNIMEDS - ATIVO CIRCULANTE	71.794.126,92	71.794.126,92
ATIVO NÃO CIRCULANTE - TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		
OUTROS CRÉDITOS COM OPERADORAS		
Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Longo Prazo		
Unimed Angra dos Reis	6.865.018,27	6.865.018,27
TOTAL CONTAS A RECEBER - UNIMEDS - ATIVO NÃO CIRCULANTE	6.865.018,27	6.865.018,27
PASSIVO CIRCULANTE - Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos Saúde da Operadora		
	A vencer	Total
CAMARA DE COMPENSAÇÃO FEDERATIVA	38.704.304,34	38.704.304,34
CAMARA DE COMPENSAÇÃO INTERFEDERATIVA	3.067.716,00	3.067.716,00
OUTROS DÉBITOS COM OPERADORAS		
Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Curto Prazo	16.511.920,05	16.511.920,05
FUNDOS COMUNS FEDERATIVOS		
Programa de Amparo a Altos Sinistros - PAAS	4.304.228,85	4.304.228,85
Procedimentos de Alto Custo em Cardiologia - PAC	5.928.318,16	5.928.318,16
FUNDOS COMUNS FEDERATIVOS	10.232.547,01	10.232.547,01
TOTAL CONTAS A PAGAR - UNIMEDS - PASSIVO CIRCULANTE	68.516.487,40	68.516.487,40
OUTROS DÉBITOS COM OPERADORAS - NÃO CIRCULANTE		
Confissão e Negociação de Dívidas - Parcelas de Longo Prazo	11.037.224,52	11.037.224,52

NOTA 7 - INVESTIMENTOS

INVESTIDAS	31/12/2019	31/12/2018
Unimed do Brasil	12.366.772,11	10.977.831,90
Unimed Participações	3.522.845,29	3.522.845,29
Bens destinados a renda (i)	7.910.399,97	9.090.000,00
Outros Investimentos (ii)	1.444.580,00	1.444.330,00
TOTAL	25.244.597,37	25.035.007,19

(i) Imóveis recebidos em dação de pagamento - Termo de Confissão de Dívida com Unimed Angra dos Reis - Nota Explicativa nº 6.

(ii) Referem-se à participação em outras entidades do sistema UNIMED: Unimed Central Nacional, Sicredi Rio, Unicred Central, Unimed Seguradora, Portal Unimed.

NOTA 8 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL

	SALDOS 31/12/2018	ADICÕES	BAIXAS	SALDOS 31/12/2019
TANGIVEL				
Custo corrigido				
Edificações - 8º andar	759.622,71	-	-	759.622,71
Edificações - 9º andar	775.715,74	-	-	775.715,74
Edificações - 10º andar	956.226,16	-	-	956.226,16
Edificações - 11º andar	1.531.403,42	-	-	1.531.403,42
Móveis e Utensílios	1.243.864,97	27.897,32	-	1.271.762,29
Instalações	1.087.018,64	-	-	1.087.018,64
Instalações Central 0800	287.230,06	-	-	287.230,06
Equipamentos de Comunicação	176.235,81	112.887,13	-	289.122,94
Computadores e Periféricos	3.857.811,55	96.131,20	-	3.953.942,75
Máquinas e Equipamentos	93.439,92	1.557,94	-	94.997,86
Total Custo Corrigido	10.768.568,98	238.473,59	-	11.007.042,57
Depreciações acumuladas				
Edificações	(1.606.716,69)	(160.918,68)	-	(1.767.635,37)
Móveis e Utensílios	(998.575,10)	(42.628,04)	-	(1.041.203,14)
Instalações	(1.074.152,19)	(6.916,41)	-	(1.081.068,60)
Instalações Central 0800	(284.808,41)	(1.465,47)	-	(286.273,88)
Equipamentos de Comunicação	(117.789,12)	(18.481,37)	-	(136.270,49)
Computadores e Periféricos	(3.428.266,38)	(213.628,59)	-	(3.641.894,97)
Máquinas e Equipamentos	(88.538,78)	(912,92)	-	(89.451,70)
Total Depreciações Acumulada	(7.598.846,67)	(444.951,48)	-	(8.043.798,15)
TOTAL	3.169.722,31	(206.477,89)	-	2.963.244,42

	SALDOS 31/12/2018	ADICÕES	BAIXAS	SALDOS 31/12/2019
INTANGIVEL				
Software	3.468.522,23	66.350,85	-	3.534.873,08
Software em Desenvolvimento	39.600,00	-	-	39.600,00
Total Custo Corrigido	3.508.122,23	66.350,85	-	3.574.473,08
Amortização Acumulada				
Software	(2.907.123,20)	(164.240,42)	-	(3.071.363,62)
Total Amortização Acumulada	(2.907.123,20)	(164.240,42)	-	(3.071.363,62)
TOTAL	600.999,03	(97.889,57)	-	503.109,46

NOTA 9 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários, for maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

NOTA 10 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em conformidade com a avaliação dos assessores jurídicos, foram constituídas provisões de contingências, registradas no Passivo Não Circulante, destinadas a fazer frente a eventuais perdas em processos trabalhistas e obrigações fiscais e cíveis de processos judiciais em andamento.

A entidade é ré em 07 processos judiciais, sendo 04 classificados como perdas prováveis no valor de R\$ 156.072,50 e outros 03 classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 1.823.458,63. O montante considerado como provável está provisionado na sua totalidade.

NOTA 11 - PROVISÃO DE REMISSÃO - PARJ

Em atendimento às Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - RN 75 e RN 104, que dispõem sobre a provisão para remissão, foi constituída nos exercícios de 2007 a 2010, Provisão Técnica-Operacional do PARJ - Plano de Assistência do Rio de Janeiro, em nome das 14 singulares participantes do programa, calculado com base em Nota Técnica Atuarial aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, através do Ofício DIOPE N° 567/2007, de 22 de junho de 2007.

No entanto, no citado Ofício, a ANS solicitou alterações no Instrumento Jurídico que regula as responsabilidades da Unimed Federação do Rio de Janeiro e de suas Federadas quanto à garantia de atendimento médico hospitalar dos beneficiários remidos.

Em resposta, a Unimed Federação do Rio de Janeiro procedeu às alterações solicitadas, encaminhando resposta para apreciação da ANS em 11 de julho de 2007, permanecendo sem resposta até a presente data.

A provisão registrada em 31 de dezembro de 2019 apresenta um saldo total de R\$ 13.110.480,12, segregada entre passivo circulante e passivo não circulante.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O Capital Social é dividido entre 20 (vinte) Cooperativas Federadas proporcionalmente ao número de cotas-parte subscritas.
- b) Na demonstração de sobras e perdas, os resultados estão apurados separadamente, segundo a natureza das operações e serviços, conforme previsto no parágrafo 1º, art. 62 do Estatuto Social.
- c) O resultado líquido positivo do Ato Não Cooperativo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 11.253,95 foi integralmente levado a conta de Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, atendendo ao disposto no artigo 87 da Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971.

NOTA 13 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está representado pela participação de 20 federadas (20 federadas em 2018), atingindo o montante de R\$ 14.850.747,07 (R\$ 13.829.051,56 em 2018), totalmente realizado.

NOTA 14 - FATES E FUNDO DE RESERVA

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES é constituído pela destinação de 5% das sobras líquidas do exercício e pela destinação do resultado apurado nos atos não cooperativos. Seu montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 129.557,30 (R\$ 164.826,61 em 2018).

A Reserva Legal é constituída pela destinação de 10 % das sobras líquidas do exercício. Seu montante em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.471.701,38 (R\$ 2.240.615,31 em 2018).

NOTA 15 - CONSTITUIÇÃO DE FATES E FUNDO DE RESERVA

Conforme regras descritas no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971 e esclarecidas pela Resolução CFC 1.013/05, registramos abaixo a nossa base para o cálculo de constituição do Fundo de Reserva e do FATES.

Descrição	2019	2018
Resultado do Exercício - DRE	2.322.114,61	1.213.393,06
Resultado de Atos Não Cooperativos destinados ao FATES - Art. 87 da Lei nº 5.764/71	(11.253,95)	(11.398,34)
Sobras e Perdas do Exercício	2.310.860,66	1.201.994,72
Juros sobre Capital	-	-
Fundo de Reserva - 10%	(231.086,07)	(120.199,47)
FATES - 5%	(115.543,03)	(60.099,74)
Juros s/Capital Próprio	(1.751.438,78)	-
Sobras/(Perdas) à disposição da Assembleia	212.792,78	1.021.695,51

NOTA 16 - DESPESAS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

As despesas de atos não cooperativos são formadas pelas despesas não operacionais, impostos e pela alocação de dispêndios rateados proporcionalmente aos ingressos dos atos cooperativos e as receitas dos atos não cooperativos.

NOTA 17 - COBERTURA DE SEGUROS

A entidade mantém seguros sobre seus bens junto à seguradora de primeira linha, para salvaguardar seus ativos, os quais os administradores entendem serem suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações envolvendo instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e de 2019 estão devidamente registradas em contas patrimoniais e seus valores equivalem, aproximadamente, aos seus valores de mercado.

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

Parte relacionada é a pessoa ou a entidade que se relaciona de maneira relevante com a instituição. A Resolução CFC 1297/10 e o CPC 05 citam a obrigação de registrar em notas explicativas as transações efetuadas com partes relacionadas. Destacamos entre as nossas partes relacionadas os nossos membros estatutários e as pessoas jurídicas ligadas aos mesmos. As transações com partes relacionadas se referem apenas aos valores de cédulas de presença, não sendo valores relevantes no contexto da Unimed Federação.

NOTA 20 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

NOTA 21 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme estipulado no item 9.5.7.10 da Resolução Normativa nº 435 da ANS informamos que não houve lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em 2019.

NOTA 22 - MARGEM DE SOLVÊNCIA

A entidade apresenta Margem de Solvência suficiente em relação ao disposto na Resolução Normativa nº 209 da ANS alterada pela Resolução Normativa nº 313 de 23 de novembro de 2012.

NOTA 23 - GARANTIAS FINANCEIRAS

A Resolução Normativa nº 392 da ANS estabelece a necessidade de estabelecer garantias financeiras para as provisões técnicas efetuadas de acordo com as regras da ANS.

A entidade possui em 31 de dezembro de 2019 aplicações garantidoras de provisões técnicas no montante de R\$ 7.470.468,35 (R\$ 5.025.284,84 em 2018) junto ao Banco Santander S/A.

NOTA 24 - SEGREGAÇÃO DE EVENTOS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar intitulado EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas - DIOPS do 4º trimestre de 2019 está consistente com os valores do grupo 4111. Vide quadro abaixo:

Descrição	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	-	-	-	-	-	-	-
Reembolso	-	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio Eventual	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

25 - TERMOS DE ASSUNÇÃO DE OBRIGAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS -TAOEF

A Unimed Federação Rio assinou Termos de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras - TAOEF, recepcionado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, através do Ofício ANS nº 1.295/2018, datado de 16/10/2018, com período de vigência de 01/10/2018 a 30/09/2020, para sanar as desconformidades econômico-financeiras de insuficiência de lastro e vínculo de ativos garantidores das provisões técnicas. Refere-se basicamente a Provisão de Remissão do PARJ, e na primeira metade de vigência o percentual de cumprimento foi de 57%, superior, portanto, à exigência mínima de 40% determinada pela ANS.

NOTA 26 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

Na elaboração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos consideramos ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa em conformidade com a NBC TG 03 (R2).

NOTA 27 - COMPARTILHAMENTO DE RISCO (RN 430/2017) – INFORMAÇÕES SOBRE CORRESPONSABILIDADE CEDIDA E CORRESPONSABILIDADE ASSUMIDA EM 2018 E 2019

A Unimed Federação RJ, conforme requerido pela RN 430, de 7 de dezembro de 2017, adotou a nova forma de contabilização das operações de compartilhamento da gestão de riscos envolvendo operadoras de planos de assistência à saúde.

A edição da RN nº 435, de 23 de novembro de 2018, possibilitou que a escrituração contábil a partir do exercício de 2019 contemplasse a segregação das despesas com eventos indenizáveis referentes a carteira própria e aos atendimentos por corresponsabilidade assumida, bem como as contraprestações de corresponsabilidade cedida (valor excludente da receita que corresponde aos eventos indenizáveis relativos aos atendimentos prestados por outras operadoras em corresponsabilidade), de acordo com as diversas modalidades de contratação e de preço (preestabelecido ou pós-estabelecido).

A edição da RN 446, de 01 de novembro de 2019, acrescentou o artigo 3º-A e um Capítulo V ao Anexo da RN nº 435, de 2018, que estabelece às operadoras informarem a segregação dos valores contabilizados em 2018 referentes às contraprestações de corresponsabilidade cedida e às despesas assistenciais, respectivamente grupos 31171 e 41111:

a) segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 31171 - Contraprestação de Corresponsabilidade Transferida de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 pela Resolução Normativa nº 435/2018.

b) segregação dos saldos contábeis do exercício de 2018 referentes ao grupo 41111 - Despesa com Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência Médico Hospitalar, de acordo com o desdobramento contábil para esse grupo implantado a partir de 2019 para 411X1 pela Resolução Normativa nº 435/2018;

Para atender o normativo vigente a segregação da escrituração contábil dos lançamentos de corresponsabilidade é apresentada nos seguintes quadros:

Contraprestações de corresponsabilidade cedida de assistência Médico-Hospitalar (grupo 31171)	Corresponsabilidade Cedida em preço Pré-estabelecido		Corresponsabilidade Cedida em Preço pós-estabelecido	
	2018	2019	2018	2019
1 - Cobertura Assistencial com preço preestabelecido	-	-	-	-
1.1 - Planos Individual/Familiares antes da Lei	-	-	-	-
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	-	-	-	-
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	-
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	-	-
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	-	-
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	-	-
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	-	-	-	-
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	-
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	-	-
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	-	-
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Eventos/Sinistros conhecidos ou avisados de assistência à saúde médico Hospitalar (grupo 411x1)	Carteira Própria (Beneficiários da Operadora)		Corresponsabilidade Assumida (Beneficiários de outras operadoras)	
	2018	2019	2018	2019
1 – Cobertura Assistencial com preço preestabelecido	-	-	-	-
1.1 - Planos Individual/Familiares antes da Lei	-	-	-	
1.2 - Planos Individuais/Familiares depois da Lei	-	-	-	
1.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	
1.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	-	
1.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	-	
1.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	-	
2 - Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	-	-	-	-
2.3 - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	-	-	-	
2.4 - Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	-	-	-	
2.5 - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-	-	
2.6 - Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	-	-	-	
Total	-	-	-	-

Rio de Janeiro - RJ, 31 de dezembro de 2019.

Dr. Emilson Ferreira Lorca
Presidente

Dr. Oscar Ferreira Leite Pinto
Diretor Econômico-Financeiro

Samuel Joaquim de Oliveira
Contador CRC-SP-191934/0-1-S-RJ